Revista
Em Favor de Igualdade Racial
ISSN: 2595-4911 | Qualis B1

COLORISMO E RECONHECIMENTO:
A IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL NO CONTEXTO ESCOLAR

COLORISM AND RECOGNITION: ETHNIC-RACIAL IDENTITY IN THE SCHOOL CONTEXT

Lívia Barbosa Pacheco Souza[1]
Gilmara dos Santos Silva[2]

RESUMO
Este artigo aborda o tema do colorismo e o reconhecimento da identidade étnico-racial no contexto escolar. O objetivo é refletir sobre o colorismo (ou pigmentocracia) como forma de discriminação baseada na cor da pele, discutindo os reflexos do racismo estrutural na educação. Quanto à metodologia, foram utilizadas pesquisas qualitativas com análise de artigos científicos e levantamento bibliográfico fundamentado em propostas e discussões de autores. A educação é vista como uma base importante para a construção da cidadania, desempenhando um papel relevante na formação do caráter e na reflexão social. Portanto, é crucial valorizar a cultura e a identidade negra para combater os símbolos de inferioridade historicamente direcionados ao corpo negro. Conclui-se que o colorismo estrutural resulta em danos como a negação do outro e o enfraquecimento da identidade, e a educação formal tem contribuído pouco para a transformação de ações e pensamentos discriminatórios. Destaca-se a importância de ações e práticas educativas para combater o racismo e promover a equidade racial.

PALAVRAS-CHAVE: Colorismo. Identidade. Educação.

ABSTRACT
The theme of this article is Colorism and recognition: ethnic-racial identity in the school context. The objective is to reflect on the existence of colorism (or pigmentocracy) as a form of discrimination based on skin color, discussing the reflexes of structural racism in the educational scenario. As for the methodology, qualitative research was used by analysis of scientific articles, in addition to the bibliographic survey based on the proposals and discussions of authors. Education can be seen as one of the bases for the construction of citizenship that plays an important role in the formation of character and social reflection. Thus, it is understood that the importance of valuing black culture and identity is essential to combat the symbols of inferiority that have been purposely directed at the black body throughout historical memory. It is concluded that structural colorism is a problem that results in damage such as the denial of the other and the weakening of identity as a whole, but formal education has shown limited effectiveness to the transformation of discriminatory actions and thoughts that affect blacks. In addition, the importance of educational actions and practices in order to combat racism and generate racial equity was verified.

KEYWORDS: Colorism. Identity. Education.

[1] Graduada em Gestão de Recursos Humanos e em Processos Gerenciais e Gestão de Negócios pela Universidade Jorge Amado (UniJorge) e em Bacharelado em Administração Pública e em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb). Aperfeiçoamento em Educação para as Relações Étnico-Raciais pela Universidade Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). E-mail: adm.liviapacheco@gmail.com.
[2] Discente de mestrado no Mestrado em Estudos de Linguagem: Contextos Lusófonos Brasil-África e Graduada em Letras – Língua Portuguesa pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). E-mail: gssilva@aluno.unilab.edu.br.

Revista
Em Favor de Igualdade Racial
ISSN: 2595-4911 | Qualis B1

1 INTRODUÇÃO

A questão racial no Brasil sempre foi tema de grandes pesquisas, e o "racismo à brasileira" fundamenta-se na doutrina do colorismo, que consiste na presença de um ideal branco de classificação das pessoas pela cor da pele, aproximando-se da tonalidade branca ou negra, com a tendência de segregar o segundo grupo à medida que as características morfológicas e fisiológicas de um indivíduo deixam de ser tão marcadas. Assim, o colorismo pode-se classificar como preconceito e discriminação baseados na cor da pele, ou seja, se é mais branca ou mais negra, dependendo da tonalidade.

Nenhum segmento social, seja qual for, está livre do racismo. São muitos os estudos que comprovam que a sociedade, em geral, trata de forma diferente pessoas negras e brancas, dando atenção especial às pessoas brancas, inclusive no ambiente escolar, de maneira implícita ou explícita. O racismo explícito consiste em ofensas verbalizadas e/ou ações discriminatórias. Já o racismo implícito é o mais comum, pois aparece sutilmente em nosso meio de maneira subjetiva. Também conhecido como preconceito inconsciente ou oculto, os preconceitos implícitos são associações negativas que as pessoas mantêm sem saber, expressando-se automaticamente, sem percepção consciente.

Como exemplo, pode-se citar o fato de indivíduos da mesma etnia serem tratados de forma diferente com base na tonalidade de sua pele. Uma pessoa mais escura tem mais propensão a sofrer com o racismo, enquanto uma pessoa parda (aparentemente mais clara) certamente sofrerá menos preconceito, podendo até ser considerada (socialmente) branca, por estar mais próxima da etnia branca e, portanto, supostamente imune ao preconceito.

No colorismo, as próprias pessoas de pele negra se consideram como “morena clara”, por exemplo, como forma de se distinguirem de pessoas negras com pele de tonalidade mais escura. Desse modo, o conceito também revela os diferentes níveis de preconceito e marginalização sofridos pela população negra, pois quanto mais afrodescendente for a aparência da pessoa, mais discriminada ela será. Além da tonalidade da pele, outras características reforçam o colorismo, como a largura do nariz, a espessura dos lábios e a textura dos cabelos, ou seja, há variação no tratamento dado a afrodescendentes conforme o seu grau de proximidade com a herança africana.

Assim, o colorismo sempre tenta diferenciar as tonalidades da pele, como se isso tornasse o indivíduo menos negro e mais semelhante ao branco. Através dele, a sociedade cria mecanismos

para que o preconceito continue presente nos espaços sociais, como trabalho, locais de lazer e escolas, provocando insegurança, instabilidade e falta de identidade e pertencimento à cultura.

Ao analisarmos os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2018 sobre os indicadores de escolaridade da população com recorte racial, podemos observar como o negro vem sendo estigmatizado ao longo da história do Brasil, evidenciando uma clara desvantagem da população negra ou parda. A trajetória histórica da escolarização da população negra no Brasil é marcada pela exclusão e pelo abandono, mas também pelo ativismo de indivíduos dessa população, que se organizaram em coletivos ou grupos com múltiplas ações sociais em diferentes épocas, com o objetivo de enfrentar o racismo e a exclusão em várias dimensões.

Diante disso, neste artigo, abordaremos a questão do colorismo, do embranquecimento e da identidade, analisando o papel da escola na desconstrução do racismo, do preconceito e da discriminação, e como um local de resistência e pertencimento, enfatizando que o diferente deve ser tratado com diferença dentro da igualdade. Para tanto, realizamos uma pesquisa de natureza qualitativa, com ênfase na revisão bibliográfica, buscando compreender as nuances do colorismo e seu impacto no contexto escolar.

A seleção dos textos analisados (artigos científicos, livros e documentos legais) foi orientada pela relevância para a temática do colorismo, identidade étnico-racial e educação. Priorizamos trabalhos que apresentassem discussões teóricas consistentes, resultados de pesquisas empíricas e/ou análises críticas sobre as práticas pedagógicas e políticas públicas relacionadas à questão racial no Brasil. A busca bibliográfica foi realizada em bases de dados acadêmicas (como Scielo, Google Scholar e periódicos especializados em educação e estudos raciais), utilizando descritores como "colorismo", "racismo", "identidade racial", "discriminação racial", "educação" e termos correlatos.

A análise dos textos foi realizada de forma sistemática, com o objetivo de identificar os principais conceitos, argumentos e perspectivas teóricas presentes na literatura sobre colorismo e sua relação com a educação. Inicialmente, realizamos uma leitura exploratória dos materiais selecionados, buscando identificar os temas centrais abordados pelos autores. Em seguida, procedemos a uma análise mais aprofundada, categorizando os textos de acordo com os seguintes eixos temáticos: (1) conceituação e dimensões do colorismo; (2) impactos do colorismo na construção da identidade étnico-racial; (3) o papel da escola no enfrentamento do colorismo e na promoção da igualdade racial; (4) políticas públicas e ações afirmativas no combate ao racismo e à discriminação racial no contexto educacional. Embora não tenhamos adotado formalmente uma

perspectiva específica da análise do discurso, buscamos identificar as diferentes formas de representação e os discursos sobre raça e cor presentes nos textos analisados, procurando desconstruir os estereótipos e preconceitos que contribuem para a reprodução do colorismo.

O recorte temporal da pesquisa abrangeu principalmente publicações dos últimos 20 anos (2003-2023), buscando refletir o debate contemporâneo sobre a questão racial no Brasil e as mudanças ocorridas no campo da educação e das políticas públicas nos últimos anos. No entanto, também incluímos obras clássicas e autores pioneiros no estudo das relações raciais no Brasil, como forma de contextualizar historicamente a discussão sobre o colorismo e suas raízes na sociedade brasileira.

Como referencial teórico, utilizamos os seguintes autores: Almeida (2020), César et al. (2021), Cruz (2018), Munanga (2005), Nascimento (2020) e Santos (2021). Também nos baseamos na Constituição Federal (1988) e na Lei nº 10.639/CNE (2003).

A relevância acadêmica deste estudo se apresenta no aprofundamento dos conhecimentos sobre as representações sociais de jovens negras sobre a cor em contexto escolar e no processo de escolarização, apontando formas encobertas de discriminação e preconceito que devem ser eliminadas, principalmente, no ambiente escolar. Este ambiente é um espaço privilegiado para a promoção da igualdade e a eliminação de toda forma de discriminação e racismo, pois possibilita, em seu espaço físico, a convivência de pessoas com diferentes origens étnico-raciais, culturais e religiosas.

2 TECENDO CONSIDERAÇÕES: RACISMO ESTRUTURAL E COLORISMO NO CONTEXTO ESCOLAR

A razão pela qual as pessoas negras, bem como as indígenas, são consideradas minorias sociais deve-se ao fato de que há uma hierarquia racial imposta pela sociedade: um "padrão" que privilegia pessoas brancas. Essa estrutura social impõe padrões aos negros, causando uma sensação de inferioridade e fazendo com que não se encaixem, simplesmente por sua cor, traços e etnia, levando à exclusão. Essa minoria acaba sendo preterida em cargos de chefia nas empresas e em grandes oportunidades, sendo marginalizada pela sociedade apenas por não se encaixar no perfil dominante. Como consequência, são privados de diversos direitos e oportunidades ao longo da vida.

Revista
Em Favor de Igualdade Racial
ISSN: 2595-4911 | Qualis B1

Almeida (2020) tece considerações interessantes sobre o racismo estrutural, descrevendo-o como um termo que confirma a existência de sociedades organizadas com base na discriminação, afetando todas as relações sociais, políticas, jurídicas e econômicas. Esse sistema desfavorece determinados grupos raciais enquanto privilegia outros. Francisco (2018) reforça essa ideia ao definir o racismo estrutural como um conjunto de práticas discriminatórias institucionais, históricas e culturais que frequentemente beneficiam algumas raças em detrimento de outras. "O racismo não reside na cor em si, mas na política da cor centrada na desigualdade de poder e na concentração excludente de privilégios" (Santos, 2021, p. 28).

Nosso país carrega uma história de quase 400 anos de escravidão. Em 1888, o Brasil foi o último país da América a formalizar a abolição da escravidão negra. Mais de um século depois, a herança desse período permanece no inconsciente coletivo da sociedade brasileira, não apenas sob a forma de uma escravidão institucionalizada, mas também como um pensamento que marginaliza pessoas negras. Além disso, as hierarquias racializadas persistem dentro de uma política neoliberal que se baseia na superexploração dos trabalhadores, impedindo que se tornem cidadãos plenos.

> Mesmo após a abolição da escravatura, o racismo e o colorismo não apenas se mantiveram, mas também se estenderam a novas categorias da população, como os imigrantes europeus. A matriz da exclusão baseada na diferenciação fenotípica tem um dinamismo cruel e insondável, a ponto de se expandir "por analogia" (Santos, 2021, p. 29).

A estrutura social que possibilitou a manutenção do racismo ao longo da história, inclusive no Brasil, continua a atuar na vida das pessoas negras, uma vez que os três séculos de escravidão deixaram marcas profundas de desigualdade em todas as esferas de poder no país. "Apesar de finalmente terem libertado as pessoas negras, o governo não ofereceu nenhum tipo de política pública para ajudar os milhares de negros que, até então, haviam sido tratados como mercadoria" (Barbosa Filho et al., 2019, p. 297). Como resultado, ergueu-se um grande abismo social no qual indivíduos negros (pretos e pardos) são as principais vítimas das desigualdades do país, desde o acesso ao emprego até a educação e a saúde.

Segundo Santos (2021), a cor da pele, enquanto fenômeno político, é um marcador substancial dentro de sociedades desiguais e discriminatórias. Pode ser utilizada com diferentes orientações políticas e até como forma de compensação histórica.

> O racismo estrutural, como o próprio nome sugere, está diretamente ligado à estrutura social e institucional da sociedade. Vivemos em um sistema que preza a divisão de raça,

Revista
Em Favor de Igualdade Racial
ISSN: 2595-4911 | Qualis B1

> classe e gênero. [...] No contexto do racismo estrutural, aspectos como política, direito e economia funcionam como ferramentas para o domínio da branquitude. Assim, surgem diversas manifestações de racismo e suas consequências, entre elas o racismo institucional, ambiental, velado, recreativo e linguístico, além de inúmeros subtipos correlacionados. Trata-se de uma reação em cadeia, na qual um subtipo se conecta a outro (Bento, 2002, p. 28).

Faz-se necessário destacar o termo "colorismo", utilizado para distinguir as diferentes tonalidades da pele negra, variando do tom mais claro ao mais escuro, estando diretamente ligado à questão da miscigenação racial. O colorismo evidencia as diferenças na pele como se fosse possível tornar uma pessoa "menos negra" e mais próxima da cor branca. O tom da pele negra frequentemente determina a inclusão ou exclusão de um indivíduo na sociedade, funcionando como uma forma de hierarquização social baseada na cor da pele (Nascimento, 2020; Devulsky, 2020).

> Traços morfológicos do rosto, do cabelo e da pele continuam a ser utilizados como marcadores de discriminação racial. Em muitos países, essas características determinam as variações na discriminação enfrentada por diferentes grupos racializados, como negros, asiáticos, indígenas, ciganos e latinos. Em determinados períodos históricos e contextos específicos, grupos como judeus, irlandeses, portugueses, espanhóis, italianos e eslavos também foram alvo dessa discriminação. A cor da pele, em especial, tem assumido um significado insidioso ao definir diferenças sistemáticas de tratamento dentro de grupos que compartilham a mesma identidade racializada ou comunidade de cor (Santos, 2021, p. 28-29).

Segundo Devulsky (2020), o colorismo é um termo criado nos Estados Unidos para descrever práticas discriminatórias que remontam à época da escravidão legalizada. O conceito revela um tipo de preconceito em que negros de pele mais clara tinham mais chances de receber um tratamento preferencial em determinados espaços. Esse tipo de racismo agrava a discriminação racial, exercendo-se contra a população negra como um todo.

Na visão de autores como Nascimento (2020), Devulsky (2020) e Silva (2017), é imprescindível entender que o colorismo classifica as pessoas pelo grau de negritude, levando à percepção de que a sociedade oferece oportunidades diferenciadas conforme a tonalidade da pele. Pessoas negras que possuem traços mais próximos dos padrões brancos – pele mais clara, nariz e boca finos, cabelos menos crespos – tendem a ser mais aceitas socialmente, o que contribui para a camuflagem do racismo ainda vigente no país.

Corroborando essa análise, Devulsky (2020, p. 21) explica:

Revista
Em Favor de Igualdade Racial
ISSN: 2595-4911 | Qualis B1

> Colorismo significa, de maneira simplificada, que as discriminações também dependem do tom da pele e da pigmentação de uma pessoa. Mesmo entre pessoas negras ou afrodescendentes, há diferenças no tratamento, vivências e oportunidades, a depender do quão escura é sua pele. Cabelo crespo, formato do nariz, da boca e outras características fenotípicas também podem determinar como as pessoas negras são percebidas socialmente. Pessoas mais claras, com cabelos mais lisos e traços mais finos, podem passar mais facilmente por brancas, tornando-se mais toleradas em determinados ambientes ou situações (Devulsky, 2020, p. 21).

Nascimento (2020) complementa:

> Colorismo é um termo que define como as diferentes tonalidades da pele negra são usadas para criar uma hierarquia. Na prática, negros de pele mais clara recebem um tratamento melhor do que pessoas negras de pele escura. Dessa forma, o colorismo é frequentemente uma ferramenta de discriminação (Nascimento, 2020, p. 3).

Embora a afrodescendência seja inegável independentemente da tonalidade da pele, a sociedade não enxerga todos os negros da mesma forma, e as oportunidades não são distribuídas igualmente. Como explica Silva (2017),

> O colorismo nada mais é que uma escala fragmentada em diversas tonalidades entre os negros e que porta em suas extremidades as cores branca e negra. Ao longo de seu prolongamento, de um extremo para outro, há uma espécie de degradê com tons de cor e até mesmo diferentes fenótipos de rosto relativos a diferentes esteriótipos negros até se chegar a equiparação com o padrão eurocêntrico (Silva, 2017, p. 6).

Portanto, compreender o colorismo e suas implicações é essencial para enfrentar o racismo estrutural e promover uma sociedade mais equitativa.

3 O COLORISMO NO CONTEXTO ESCOLAR: REFLEXOS E IMPLICAÇÕES

No ambiente escolar, o colorismo se manifesta de diversas formas, muitas vezes sutis, mas com impactos significativos na trajetória dos alunos negros. A distribuição de oportunidades, por exemplo, pode ser influenciada pela tonalidade da pele, com alunos de pele mais clara sendo frequentemente vistos como mais "aptos" ou "inteligentes" para determinadas atividades ou funções de destaque, como representantes de turma, líderes de grupo ou participantes de projetos especiais. Essa percepção, mesmo que inconsciente, reforça estereótipos e perpetua desigualdades.

Embora ainda faltem pesquisas específicas sobre como professores e gestores escolares reproduzem o colorismo, estudos sobre racismo no ambiente escolar indicam que o viés racial pode influenciar as expectativas e o tratamento dispensado aos alunos negros. Em alguns casos,

professores podem, sem intenção, valorizar mais a participação de alunos de pele mais clara, incentivá-los mais e oferecer-lhes maiores oportunidades de desenvolvimento.

Um estudo recente, publicado na Revista Brasileira de Educação, revelou que professores tendem a atribuir notas mais altas a alunos negros de pele mais clara em comparação com alunos de pele mais escura, mesmo quando o desempenho acadêmico é o mesmo.

Em uma pesquisa realizada em uma escola pública de São Paulo, alunos negros de pele mais escura relataram sentir-se menos valorizados pelos professores e colegas, além de serem constantemente alvo de apelidos e comentários racistas relacionados à sua cor de pele e cabelo. Esses relatos de alunos negros de pele mais escura revelam experiências de exclusão, discriminação e baixa autoestima no ambiente escolar. Alguns mencionam apelidos pejorativos relacionados à cor da pele, dificuldades em serem incluídos em grupos de amigos e a sensação de não pertencimento à escola. Esses relatos evidenciam como o colorismo pode afetar a saúde mental e o desempenho acadêmico dos alunos negros, perpetuando o ciclo de desigualdade racial.

A implementação da Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas, também pode ser impactada pelo colorismo. Em alguns casos, a abordagem da temática racial se limita a estereótipos e generalizações, sem aprofundar a discussão sobre as nuances do colorismo e suas implicações na vida dos alunos negros. Além disso, a ausência de representatividade negra no corpo docente e nos materiais didáticos reforça a invisibilidade e a desvalorização da cultura e da identidade negras.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a taxa de evasão escolar entre alunos negros de pele mais escura é significativamente maior do que entre alunos negros de pele mais clara e alunos brancos.

A análise dos materiais didáticos revela que, em geral, o colorismo é um tema pouco abordado ou ignorado. Quando a questão racial é mencionada, o foco costuma estar na dicotomia branco/negro, sem explorar as diferentes tonalidades de pele e as experiências de discriminação dentro da comunidade negra. Essa invisibilidade contribui para a perpetuação do colorismo e dificulta a construção de uma identidade étnico-racial positiva por parte dos alunos negros.

Ao considerar a história de formação e organização social do Brasil, é fundamental reconhecer que o país é multiétnico e possui uma diversidade cultural marcada por uma das populações mais miscigenadas do mundo. Isso decorre da mescla entre indígenas nativos, negros escravizados e imigrantes europeus e asiáticos. Ao longo dos anos, a classificação do negro, que engloba pretos e pardos, foi essencial para dimensionar a diversidade dessa população no Brasil e

Revista
Em Favor de Igualdade Racial
ISSN: 2595-4911 | Qualis B1

orientar a criação de políticas públicas, como a adoção de cotas raciais (César, 2018; Gonçalves et al., 2021).

A negritude vai além da cor da pele; está também nos traços, na herança cultural e nas dificuldades enfrentadas dentro de um país estruturalmente racista. No entanto, levantamentos sobre o tema apontam que essa diversidade ainda não se traduz em mudanças sociais significativas, especialmente no acesso a espaços como universidades e cargos de liderança em empresas (Munanga, 2020).

Nas escolas, o colorismo afeta crianças e adolescentes, dificultando a identificação com a cultura negra, frequentemente tratada como subcultura. A construção da autoestima do aluno negro depende muito do ambiente escolar, onde ele passa grande parte do tempo. Infelizmente, observa-se no cotidiano escolar uma série de elementos que desfavorecem o processo de construção da identidade do cidadão negro. Preconceitos e discriminações são social e historicamente produzidos, permeando diferentes âmbitos da vida coletiva, inclusive o convívio escolar.

Contudo, há uma tendência em atribuir à escola a responsabilidade exclusiva de mudar valores e erradicar o racismo (Gonçalves et al., 2018; Silva, 2017; Silveira, 2021).

> A escola, como espaço social heterogêneo, lida com diversidades raciais, culturais e sociais, sendo um agente na formação cidadã. No entanto, também reproduz preconceitos e, muitas vezes, não reconhece ou enfrenta situações de racismo, negligenciando debates sobre a condição social do negro e, em alguns casos, reforçando a ideia de democracia racial (Gonçalves, 2021, p. 3).

A escola tem o papel de formar o aluno para o exercício da cidadania, para o trabalho e para a continuidade da aprendizagem ao longo da vida, conforme estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino no Brasil. Ampliar a cidadania deve ser um dos principais objetivos do trabalho pedagógico, permitindo aos alunos compreender a sociedade como um processo dinâmico de construção e reconstrução.

A percepção do racismo estrutural na escola, assim como em outras instâncias, pode ser difícil, pois, sendo estrutural, muitas vezes se manifesta de forma sutil. É mais evidente em casos de discriminação explícita ou injúria racial, quando um indivíduo pratica um ato contra outro. No entanto, o racismo estrutural está nas bases que sustentam as relações sociais, e não apenas no comportamento individual.

Revista
Em Favor de Igualdade Racial
ISSN: 2595-4911 | Qualis B1

> A intolerância racial está presente em diversos setores da sociedade e cresce de forma preocupante no ambiente escolar. Quando uma criança negra não tem referências positivas sobre sua origem racial, sua autoestima pode ser abalada ao longo da vida, levando a sofrimento e até à rejeição de sua própria identidade. Muitos negros, independentemente da tonalidade da pele, continuam vindo de famílias pobres, sendo a primeira geração a ter acesso à educação formal. Além disso, muitos negros de pele clara enfrentam crises de identidade (Scholz et al., 2014, p. 70).

A sala de aula é o espaço ideal para refletir sobre a identidade negra e questões correlatas. A responsabilidade da escola, juntamente com o corpo docente e demais funcionários, é enorme, pois todos devem estar unidos para garantir uma educação de qualidade e combater as desigualdades raciais. A desigualdade de oportunidades afeta de maneira diferente crianças negras e brancas, prejudicando todas ao reforçar a lógica de uma sociedade excludente e injusta.

> [...] No Brasil, há uma cultura de negação da existência de práticas racistas no meio escolar, atribuindo-se o fracasso escolar de jovens e crianças negras exclusivamente a fatores como desestruturação familiar, condição socioeconômica ou necessidade precoce de inserção no mercado de trabalho. Assim, ignora-se o peso do pertencimento racial em suas trajetórias. Independentemente das variáveis explicativas e dos fenômenos identificados nas diferenças de escolarização entre brancos e negros, parte do problema está associada ao racismo e à discriminação racial presentes na sociedade e, em especial, na instituição escolar (Scholz *et al.*, 2014, p. 65).

Gonçalves et al. (2021) discutem que a escola é um espaço formal de socialização que propicia o diálogo sobre questões sociais, sendo um dos principais agentes de influência sobre os alunos. Assim, é essencial que os estudantes aprendam sobre respeito às diferentes culturas, à diversidade e à história que constitui cada saber, para que possam dialogar de forma positiva sobre as temáticas étnico-raciais.

Os impactos da desigualdade no acesso à educação foram um dos principais fatores para a manutenção das disparidades raciais no Brasil. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018) apontam uma evidente desvantagem da população negra ou parda em indicadores de escolaridade, refletindo trajetórias educacionais desiguais e a ausência de políticas educacionais eficazes para promover a equidade no ensino.

Portanto, o ambiente escolar, como microcosmo da sociedade brasileira, reflete os mecanismos racistas e sexistas que contribuem para a exclusão ou atraso o escolar dos jovens negros, perpetuando padrões de discriminação racial ao longo das gerações.

Revista
Em Favor de Igualdade Racial
ISSN: 2595-4911 | Qualis B1

4 A INTERSECCIONALIDADE DO COLORISMO

É fundamental reconhecer que o colorismo não opera isoladamente, mas de forma interseccional, interagindo com outros marcadores sociais, como gênero, classe, orientação sexual e identidade de gênero (Crenshaw, 1989). Essa perspectiva possibilita compreender como diferentes formas de opressão se entrelaçam, gerando experiências únicas e complexas de discriminação.

Mulheres negras de pele mais escura, por exemplo, enfrentam desafios específicos dentro do racismo estrutural, tais como hipersexualização, objetificação e menor valorização estética e profissional (Davis, 2016). A interseção entre raça e gênero frequentemente resulta em estereótipos como o da "mulher forte" ou da "mãe preta", que desumanizam e invisibilizam suas vivências individuais. Além disso, a violência sexual contra essas mulheres é frequentemente subnotificada e negligenciada pelas autoridades (hooks, 2019).

Um exemplo prático disso é a menor representatividade de atrizes negras de pele escura em papéis de destaque na televisão brasileira, onde padrões de beleza eurocêntricos ainda predominam, limitando suas oportunidades profissionais. Um estudo recente divulgado pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI) revela que meninas negras são as principais vítimas de violência sexual no Brasil, e que o racismo e o machismo contribuem para a invisibilização desses casos (ANDI, 2023).

A percepção do colorismo também varia entre homens e mulheres negros, refletindo normas de gênero e expectativas sociais distintas. Enquanto mulheres negras de pele mais clara podem ser valorizadas por sua "beleza exótica" ou por traços considerados mais próximos do padrão europeu, homens negros de pele mais clara tendem a ser percebidos como "menos ameaçadores" ou "mais bem-sucedidos". Casos de discriminação em processos seletivos de empresas, onde candidatos negros de pele mais clara são preferidos em detrimento de candidatos negros de pele mais escura, ilustram essa dinâmica. Um levantamento realizado pelo Instituto Ethos em 500 grandes empresas brasileiras mostrou que a presença de negros em cargos de liderança ainda é ínfima, e que a maioria dos profissionais negros em posições de destaque são de pele mais clara (Instituto Ethos, 2021). Essas dinâmicas reforçam hierarquias internas dentro da comunidade negra e perpetuam estereótipos prejudiciais.

A condição socioeconômica desempenha um papel determinante na manifestação do colorismo no ambiente escolar. Alunos negros de pele mais escura, sobretudo aqueles provenientes

Revista
Em Favor de Igualdade Racial
ISSN: 2595-4911 | Qualis B1

de famílias de baixa renda, frequentemente enfrentam dificuldades acrescidas no acesso a recursos educacionais de qualidade. Além disso, estão mais suscetíveis à discriminação por parte de professores e colegas, o que impacta diretamente suas oportunidades de desenvolvimento acadêmico e profissional (Okihiro, 1994).

Uma pesquisa realizada em escolas públicas do Rio de Janeiro revelou que alunos negros de pele mais escura são frequentemente encaminhados para turmas com menos recursos e menor expectativa de desempenho, perpetuando desigualdades educacionais (Observatório das Desigualdades, 2019). Um relatório da UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) apontou que crianças negras têm menor acesso à creche e à educação infantil, o que compromete seu desenvolvimento cognitivo e social (UNICEF, 2020). Nesses casos, a interseção entre raça, classe e cor da pele contribui para a perpetuação de um ciclo de exclusão social e econômica, reforçando as desigualdades raciais.

Diante desse cenário, torna-se essencial que as instituições de ensino promovam ações e práticas educativas que combatam o racismo e o colorismo de maneira interseccional, valorizando a diversidade étnico-racial, de gênero, de orientação sexual e de classe social. Para isso, é necessário investir na formação continuada de professores e gestores escolares, sensibilizando-os para as questões raciais e capacitando-os a desenvolver práticas pedagógicas antirracistas e inclusivas. Um exemplo de ação eficaz é a criação de projetos pedagógicos que valorizem a história e a cultura afro-brasileira, promovendo debates sobre racismo e colorismo em sala de aula e incentivando a produção de materiais didáticos que representem a diversidade racial da população brasileira. Além disso, a representatividade negra deve ser fortalecida nos espaços de poder dentro da escola e nos materiais didáticos, assegurando que os alunos negros se sintam valorizados e representados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo analisar o colorismo e seus impactos na construção da identidade étnico-racial no contexto escolar, um tema de crescente relevância no debate sobre relações raciais no Brasil (Almeida, 2020). Buscou-se refletir sobre o papel da escola na desconstrução do racismo, do preconceito e da discriminação, destacando sua importância como espaço de resistência, promoção da igualdade (Lei nº 10.639/2003) e construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Revista
Em Favor de Igualdade Racial
ISSN: 2595-4911 | Qualis B1

Ao longo da discussão, evidenciou-se que o colorismo, como expressão do racismo estrutural (Santos, 2021), manifesta-se no ambiente escolar de diversas formas, impactando a autoestima, a identidade e as oportunidades dos alunos negros. A hierarquização de indivíduos com base na tonalidade da pele gera desigualdades e discriminações que perpetuam o ciclo de exclusão e marginalização da população negra, especialmente entre mulheres negras de pele mais escura, que enfrentam uma interseccionalidade de opressões (Crenshaw, 1989).

Diante desse cenário, torna-se essencial que as escolas adotem uma abordagem pedagógica antirracista, que valorize a diversidade étnico-racial, promova o respeito às diferenças e combata estereótipos e preconceitos raciais (Munanga, 2005). Para isso, algumas estratégias pedagógicas podem ser implementadas pelos educadores:

- **Formação docente contínua:** Oferecer cursos e workshops que abordem o racismo estrutural, o colorismo e suas manifestações no ambiente escolar (César *et al.*, 2021).
- **Revisão de materiais didáticos:** Garantir que os conteúdos escolares representem positivamente a diversidade racial, destacando figuras históricas negras e suas contribuições (Cruz, 2018).
- **Atividades culturais e interdisciplinares:** Desenvolver projetos que valorizem a cultura afro-brasileira, como festivais culturais, exposições artísticas e debates sobre identidade racial.
- **Espaços de diálogo:** Criar momentos específicos para que alunos compartilhem experiências relacionadas ao racismo e ao colorismo, promovendo um ambiente de acolhimento e conscientização.

Além das práticas educacionais, o combate ao colorismo exige um compromisso coletivo da sociedade. Algumas ações fundamentais incluem:

- **Campanhas públicas de conscientização:** Promover ações educativas por meio de mídias sociais, campanhas publicitárias e eventos comunitários que discutam o impacto do colorismo (Nascimento, 2020).
- **Iniciativas culturais:** Incentivar produções artísticas (filmes, séries, livros) que retratem positivamente pessoas negras de diferentes tons de pele.
- **Parcerias com movimentos sociais:** Trabalhar com organizações da sociedade civil para desenvolver programas de valorização da identidade negra e combate ao racismo.

A presente pesquisa pode ser expandida para estudos futuros, como pesquisas de campo em escolas, a fim de analisar, na prática, as manifestações do colorismo e seus impactos na vida

dos alunos negros. Além disso, estudos comparativos entre diferentes escolas e regiões do país podem contribuir para a identificação das melhores práticas pedagógicas no combate ao racismo e na promoção da igualdade racial. Sugere-se investigar como o colorismo se manifesta nas interações cotidianas entre alunos, professores e gestores escolares, explorar diferenças no impacto do colorismo em contextos urbanos e rurais ou em diferentes regiões do Brasil, e examinar a implementação da Lei nº 10.639/2003 em diferentes redes de ensino e seu papel na redução do colorismo.

O enfrentamento do colorismo exige esforços integrados entre escola, academia e sociedade civil. A educação desempenha um papel central nesse processo, não apenas como espaço de formação acadêmica, mas também como local de construção da cidadania e da identidade racial. Ao implementar práticas pedagógicas antirracistas, ampliar as pesquisas sobre as dinâmicas do colorismo no contexto escolar e engajar a sociedade em campanhas de conscientização, será possível avançar na promoção da equidade racial e na desconstrução das hierarquias baseadas na cor da pele.

Portanto, conclamamos educadores, pesquisadores, gestores públicos e a sociedade em geral a se unirem nessa luta. Que este artigo sirva como um chamado à ação para construirmos juntos um futuro em que a cor da pele não seja um fator de discriminação, mas sim um elemento de valorização da diversidade humana. Assim, a escola pode se consolidar como um espaço de resistência contra o racismo estrutural e de fortalecimento da identidade negra, contribuindo para a construção de um Brasil mais justo, igualitário e plural.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luis de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2020.

ALMEIDA, Silvio Luis de. **Racismo estrutural.** São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI). **Crianças negras sofrem mais violência que compromete desenvolvimento na primeira infância**, 2023. Disponível em: https://andi.org.br/infancia_midia/criancas-negras-sofrem-mais-violencia-que-compromete-desenvolvimento-na-primeira-infancia/. Acesso em: 10 mar. 2025.

BARBOSA Filho, Evandro Alves; VIEIRA, Ana Cristina de Souza; ROCHA, Solange. Pigmentocracia: classe, raça e gênero no sistema de bem-estar social sul-africano. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 44, p. 292-306, 2019.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. *In*: CARONE, Iray; BENTO, Maria A. Silva (org.). **Psicologia social do racismo:** estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 25-58.

BRASIL. Constituição Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei n º 10639, de 9 jan. 2003. Altera a lei n º 9394, 20 dez. 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura AfroBrasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da União,** Brasília, 2003.

CÉSAR, Francisco Rômulo Mesquita, ARAÚJO, Maria Cibele Moreira de., MOREIRA, Raimundo Nonato de Menezes. Práxis pedagógicas de enfrentamento ao racismo no Ensino Médio. **Ensino Em Perspectivas**, Fortaleza, v. *2, n.* 4, p. 1-9, 2021.

COSTA, Rosilene Silva Santos da. **Relações étnico-raciais na educação infantil:** contribuições da teoria das representações sociais. 2016 f. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

Crenshaw, K. (1989). Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **University of Chicago Legal Forum**, p. 139-167, 1989.

CRUZ, Jéssica Thoaldo da; MARTINS, Patrícia. Colorismo e embranquecimento na rede: o racismo e a tentativa histórica de apagar a ancestralidade africana. In: **Reunião Brasileira de Antropologia**, 31ª, 2018. [Anais] Brasília: 2018.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DEVULSKY, Alessandra. **Colorismo.** São Paulo: Jandaíra, 2020.

FRANCISCO, Mônica da Silva. Discursos sobre colorismo: educação étnico-racial na contemporaneidade. **Ensaios Filosóficos**, Volume XVIII – Dezembro/2018.

GONÇALVES, Alexandra da Silva; GONÇALVES, Enilson da Silva; FERREIRA, Susana Aparecida. Dialogando com as questões étnico-raciais nas escolas do ensino fundamental II de rio branco: nas vozes dos alunos ***Revista Em Favor De Igualdade Racial***, *1*(1), 2–16. Disponível em: https://periodicos.ufac.br/index.php/RFIR/article/view/1986.
hooks, bell. **E eu não sou uma mulher?** Questões feministas. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

IBGE INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**, 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 20 mai. 2025.

PERFIL social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil. **Instituto Ethos**, 2021. Disponível em: https://www.ethos.org.br/ethos-diversidade_perfil-social-racial-e-de-genero-das-500-maiores-empresas-do-brasil-esta-disponivel-para-download/. Acesso em: 10 mar 2025.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o Racismo na escola**. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

NASCIMENTO, Camila de Albuquerque. **A permissão de ser preta:** uma análise do colorismo na mídia brasileira [recurso eletrônico]. Camila de Albuquerque Nascimento. Cabedelo, 2020 Disponível em: https://www.iesp.edu.br/sistema/uploads/arquivos/publicacoes/a-permissao-de-ser-preta-uma-analise-do-colorismo-na-midia-brasileira-autor-a-nascimento-camila-de-albuquerque-.pdf. Acesso em: 20 maio 2022.

OBSERVATÓRIO DAS DESIGUALDADES. **Desigualdade racial na educação brasileira: um guia completo para entender e combater essa realidade.** Rio de Janeiro, 2019. Disponível em https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/desigualdade-racial-na-educacao. Acesso em: 10 mar. 2025.

OKIHIRO, G. Y. **Margens e centros**: asiáticos na história e cultura americana. São Paulo: Summus Editorial, 1994.

SANTOS, J. T. dos. **A cor da dor**: identidades e experiências racistas na formação de intelectuais negros. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2021.

SCHOLZ, Danielle Celi dos Santos; SILVEIRA, Marta Irís Carmargo Messia da; SILVEIRA, Paulo Roberto. As práticas racistas no espaço escolar: a influência na saúde mental das crianças negras **Identidade**! São Leopoldo, v. 19, n. 2, p. 61-74, jul./dez. 2014.

SILVA, Tainan Maria Guimarães Silva e. O colorismo e suas bases históricas discriminatórias. **Revista Debate Virtual**, n. 201, p. 1-19, 2017.

SILVEIRA, Jhennifer Cristine Da; FUCH, Andréa Márcia S. Lohmeyer **A questão étnico-racial na educação básica:** a escola no processo de "autoidentificação racial" das crianças e adolescentes. Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/183557/Jhennifer%20C%20da%20Silveira.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 20 maio 2025.

TEIXEIRA, Adrielle de Matos Borges; DAZZANI, Maria Virginia Machado. Tornando-se negro: tensões subjetivas e culturais na experiência identitária de ser um estudante universitário negro. **Revista de Psicologia da IMED**. Passo Fundo, v. 11, n. 1, p. 83-102, jun. 2019.

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Acesso à Educação Infantil para Crianças Negras,** 2020.

Enviado em: 05/03/2024
Aceito em: 16/05/2025